

INDÍCIOS DE PARENTESCO ENTRE DOIS TESTEMUNHOS DA *REGRA DE SÃO BENTO*: COLAÇÃO ENTRE ALC. 44 E IL. 70

Sílvio de Almeida Toledo Neto*

Resumo: No presente trabalho, apresentam-se exemplos de lições variantes entre os manuscritos Alc. 44 e Il. 70, testemunhos portugueses da *Regra de São Bento*. Com base na caracterização de variantes textuais e linguísticas, discute-se o parentesco entre os testemunhos.

Palavras-chave: Crítica textual; história da língua portuguesa; *Regra de São Bento*; colação de testemunhos.

1. Introdução¹

No conjunto de fontes escritas durante o período que abrange desde a formação do galego-português até ao século XVI, raros são os textos literários que apresentam mais de um testemunho.²

* Universidade de São Paulo.

¹ Este texto foi elaborado a partir de comunicação intitulada *Colação Alc. 44 vs. Il. 70: alguns aspectos linguísticos*, apresentada no Colóquio *Manuscritos Portugueses da Regra de São Bento*, ocorrido no dia 12 de julho de 2010, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

² Na bibliografia de textos literários elaborada por CASTRO (*Introdução à história do português*, p. 92) para o período de formação da língua até ao século XVI, listam-se muitos dos textos que atualmente se preservam em mais de um testemunho. Citem-se, como exemplo, o *Livro das linbagens do Conde D. Pedro*, os *Diálogos de São Gregório*, o *Castelo perigoso* e a *Crônica geral de Espanha de 1344*.

Mais raros ainda são os textos que ultrapassam, nesse período, a dezena de cópias ainda preservadas. Sob essa perspectiva da quantidade de manuscritos, podemos enquadrar a *Regra de São Bento* em uma categoria seleta.³ Contam-se atualmente quinze testemunhos manuscritos conhecidos da *Regra* em português, cópias com diferente procedência, autoria e datação, mas elaboradas sempre com finalidade didática ou doutrinária para quem desconhecesse o latim.⁴

Catorze testemunhos foram copiados entre os séculos XIV e XVI: um no século XIV, sete no século XV e seis no século XVI.⁵

³ Conforme SENA (*Appunti sulla regola di S. Benedetto*), a *Regra* foi escrita por Bento (*Núrsia ca. 480 – † Monte Cassino ca. 547) entre 530 e 550, em Monte Cassino, Itália. A obra teria sido redigida aos poucos, a partir de atenta revisão e reescrita. O prólogo e os 73 capítulos que compõem a obra obedecem a uma estrutura que se divide em três partes: a primeira parte traz uma seção espiritual, com princípios ascéticos; a segunda parte apresenta um código litúrgico; e a terceira parte contém uma seção disciplinar, com diversas leis, dividida, por sua vez, em várias subseções. O autor codifica na *Regra* a doutrina proveniente de diversas fontes que incluem, para além do texto bíblico, por exemplo, a regra de São Pacômio e a de São Basílio.

⁴ Em um ambiente que privilegiava o latim, como o eclesiástico, caberia de fato perguntar por que traduções e cópias da *Regra* em português. CALADO (Obras de frei João Álvares, p. 135) refere que as traduções portuguesas da *Regra* visavam a “facultar o conhecimento do estatuto a todos os monges não familiarizados com o latim”. Conforme CASTRO (*Introdução à história do português*, p. 172), “ou porque a regra aspirava a ser usada como guia para a vida diária de leigos, ou porque os conhecimentos de latim dos religiosos nem sempre fossem sólidos, várias traduções portuguesas foram realizadas”.

⁵ No ponto em que se encontram atualmente as pesquisas da tradição da *Regra* em português, é cedo para estabelecer a ligação com suas fontes latinas, que apresentam complexa genealogia. Conforme SENA (*Appunti sulla regola di S. Benedetto*), existem atualmente muitos manuscritos latinos da *Regra*, que preservam cópias feitas à medida em que os mosteiros beneditinos se propagavam. A tradição de testemunhos latinos da *Regra* pode ser dividida em três categorias: a. texto puro; b. texto interpolado e c. *textus receptus*. Na primeira categoria, localiza-se o códice A (Sangallensis 914), datado do século IX e considerado o mais fiel testemunho do autógrafo perdido, além de manuscritos dele derivados. Na segunda categoria, encontram-se códices que contêm uma versão do texto

A listagem abaixo ilustra a distribuição cronológica dos testemunhos manuscritos da tradição direta da *Regra de São Bento* em português. Na ordem das colunas, indica-se a biblioteca, a cidade em que os testemunhos atualmente se preservam, a cota de cada testemunho e a data, explícita ou inferida, ou período inferido da cópia.⁶

Séc. XIV

1.	BN	Lisboa	Alc. 14	1350
----	----	--------	---------	------

Séc. XV

2.	BN	Lisboa	Alc. 231	1414-1427
3.	BN	Lisboa	Alc. 44	1430 / 1450
4.	BN	Lisboa	Alc. 73	1450 / 1461-1475
5.	ADBP	Braga	Mss. 132	1451-1500
6.	BPM	Porto	Aze. 18	1468-1477
7.	BPM	Porto	Geral 1164	1495
8.	BN	Lisboa	Il. 70	1495-1515

Séc. XVI

9.	BN	Lisboa	Alc. 223	1501-1550
10.	TT	Lisboa	Casa Forte 99	1565
11.	BPM	Porto	Geral 120	1501-1600
12.	MML	Lorvão	Lorvão 18	1546
13.	BN	Lisboa	Il. 209	1576-1600
14.	TT	Lisboa	Semide, Liv. 3	séc. XVI

com acréscimos e modificações, entre os quais o códice O (Oxoniensis Hatton 48), datado do século VIII, o mais antigo existente. Na terceira categoria, reúnem-se testemunhos resultantes de continuadas tentativas feitas por amanuenses para corrigirem o modelo. Por serem mais fáceis de entender e gramaticalmente mais corretos, os testemunhos dessa família são os mais conhecidos e impressos até fins do século XIX. Sobre a tradição latina da *Regra*, v. tb. DIAS (A regra de S. Bento, norma e vida monástica: sua problemática moderna e edições em português).

⁶ As informações apresentadas na listagem constam na base de dados do projeto *PhiloBiblon* e nas edições existentes para testemunhos da *Regra*. Dos testemunhos já transcritos, traz data explícita somente Casa Forte 99.

Séc. XVIII

15. BG UdC Coimbra 636 1791⁷

A rara multiplicidade de cópias do texto, distanciadas no tempo e no espaço, só por si, evidencia a importância desse acervo para os estudos históricos, filológicos e linguísticos do período. A partir dessa percepção, pesquisadores do período têm desenvolvido edições e estudos sobre os textos da *Regra*, no âmbito do projeto *Manuscritos Portugueses da Regra de São Bento*. Iniciado há dois anos pelos membros do curso livre *Oficina de Edições*, o projeto é coordenado pelo prof. Ivo Castro, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e publica os seus resultados no *site* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.⁸

Com base em estudos feitos durante a *Oficina de Edições* de 2009-2010, começamos a visualizar mais claramente as peculiaridades de cada testemunho estudado. Referimo-nos principalmente aos testemunhos que foram ou estão a ser transcritos pela equipe, ou que já se encontravam publicados integralmente, como é o caso de Alc. 14, Alc. 231 e Casa Forte 99 (*olim* Lorvão 32).⁹

⁷ Explicam-se a seguir as siglas empregadas no quadro: BN = Biblioteca Nacional; ADBP = Arquivo Distrital e Biblioteca Pública; BPM = Biblioteca Pública Municipal; TT = Torre do Tombo; MML = Museu do Mosteiro de Lorvão; BG UdC = Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

⁸ Para informações sobre o projeto, consultar <http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/302-regra-de-s-bento>.

⁹ Além da recente edição de COSTA (*A regra de São Bento em português*), as edições da *Regra*, integrais ou fragmentárias, são as seguintes: BURNAM (*An old Portuguese version of the Rule of Benedict*) [o ms. 300 tem agora a cota Alc. 231]; SILVA NETO (*Regra de S. Bento: edição crítica da mais antiga versão portuguesa acompanhada de breves notas filológicas*); NUNES (*Textos Antigos Portugueses - VII [Regra de S. Bento]*); NUNES (*Evolução da língua portuguesa exemplificada em duas lições principalmente da mesma versão da Regra de S. Bento e ainda nos fragmentos da mais antiga que se conhece*); SÃO BOAVENTURA (*Fragmentos de uma versão antiga da Regra de S. Bento*).

O estudo pormenorizado e o aprimoramento das edições têm levado a uma visão cada vez mais nítida da tradição da *Regra* em toda sua abrangência. Os testemunhos portugueses dispõem-se gradualmente em ramos de uma rica genealogia, cujo *stemma codicum* vem sendo composto, inclusive com a identificação de suas fontes latinas.

Dentro do universo dos testemunhos já transcritos, voltamos, neste estudo, especificamente para os mss. Alc. 44 e Il. 70.¹⁰ A escolha justifica-se pela recente transcrição integral e publicação de ambos os testemunhos e pela presença de marcas textuais que indiciam parentesco próximo entre os manuscritos. Acresce que, na literatura consultada, não se encontra qualquer referência à relação de consanguinidade entre esses dois testemunhos.¹¹

Começamos por uma breve descrição dos testemunhos, baseada no exame dos fac-símiles e nas referências constantes na bibliografia a que tivemos acesso.¹²

¹⁰ Do conjunto de quinze testemunhos da *Regra*, encontram-se integralmente transcritos os seguintes no âmbito do projeto: Alc. 44, Alc. 73, Alc. 231, Az. 18, Lorvão 32, Il. 70 e Semide Liv. 3. Os demais manuscritos encontram-se atualmente em processo de transcrição.

¹¹ A proposta mais recente sobre o que se sabe do parentesco entre os testemunhos portugueses da *Regra* é feita por CASTRO (*Introdução à história do português*, p. 173), com as seguintes palavras: “Na falta daquele estudo comparativo [do conjunto de manuscritos portugueses da *Regra*], não é clara a estrutura da tradição manuscrita portuguesa. Apenas se pode afirmar, por razões filológicas e linguísticas, que as duas versões mais antigas, dadas pelos códices alcobacenses 14 e 231, são traduções independentes. Em compensação, parece possível que o códice IAN/TT Casa Forte 99 seja uma cópia do Alc. 231; também há indicações de natureza externa de que o Alc. 223 foi copiado do Alc. 73. Pouco mais se pode dizer a este respeito com segurança, o que é pena, pois as variantes que encontrarmos entre dois manuscritos ligados por cópia têm valor essencialmente linguístico, ao passo que as variantes entre manuscritos que podem ter sido independentemente traduzidos têm, antes de mais, interesse filológico.”

¹² As observações codicológicas tomam como base principalmente DIAS (*A regra de S. Bento, norma e vida monástica: sua problemática moderna e edições em português*) e o *site* do projeto *PhiloBilon*.

O códice Alc. 44 encontra-se atualmente sob cuidados da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. Provém do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, dos monges brancos cistercienses, onde terá sido copiado. Há divergência quanto à data: *ca.* 1430 ou *ca.* 1450. O códice é um *in-4.º*, com 119 fólhos, medindo 160 × 120 mm. O suporte é pergamináceo, exceto nas folhas de guarda. Há foliação primitiva no centro da margem superior, embora se veja às vezes outra foliação mais moderna, em numeração árabe. O plano de página é muito regular, com o texto escrito em uma coluna de até catorze linhas. Uma só mão terá escrito todo o texto, como concluímos pelo exame da letra, gótica, que se apresenta uniforme ao longo dos fólhos. Não há, no entanto, identificação nominal do escriba. Outras mãos interferiram com anotações marginais contemporâneas e posteriores à execução da cópia. O acabamento do códice é apurado e enriquecido com decoração em várias capitulares, além de uma ilustração inacabada, que toma todo o fól. 7r, entre a *Tauoa dos capitollos* e o início do texto da *Regra*. Envolve o conjunto encadernação de carneira sobre madeira. A título de ilustração, apresentamos abaixo os fól. 7v e 8r, com o início do texto da *Regra*.

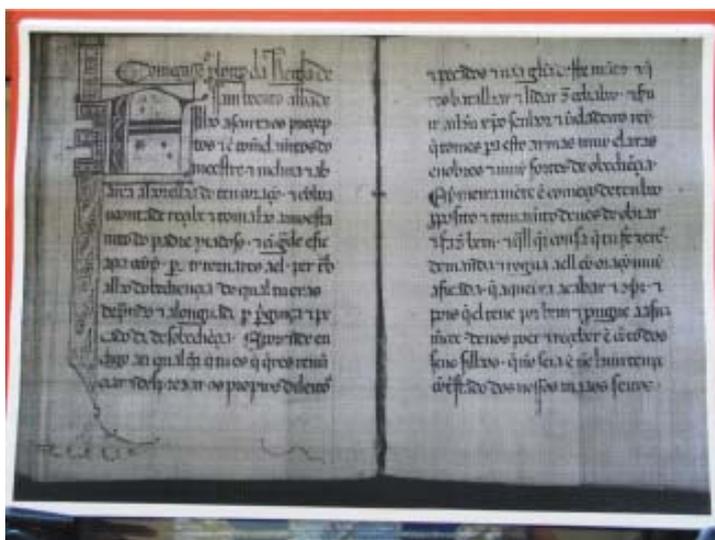


Figura 1 – Regra de São Bento (cód. Alc. 44, fól. 7v e 8r)

O códice Il. 70 encontra-se, tal como o precedente, sob os cuidados da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. Foi copiado no Convento de Cristo, em Tomar.¹³ O autor da cópia foi provavelmente fr. Francisco, que a terá feito entre 1495 e 1515.¹⁴ Os 59 fólios, em suporte pergamináceo, medem 270 × 190 mm. A encadernação é em pele castanha. A morfologia regular da escrita, gótica bastarda, indica que a redação do códice deve ser atribuída a uma só mão.¹⁵ A decoração da capitular no fól. 1r e o uso de diferentes cores nas capitais iniciais, além do desenho de uma esfera armilar na margem inferior do fól. 1r, indicam o apuro na execução da cópia. Há muitos exemplos de intervenção tardia, de um ou mais autores, ocorrida provavelmente no século XVI. Dessa interferência resultam a supressão de títulos ou de capítulos, parcial ou integralmente, a atualização linguística e a reelaboração de partes do texto. A título de exemplo, a figura 2 traz os fól. 1v e 2r do códice:

¹³ Segundo DIAS (A regra de S. Bento, norma e vida monástica: sua problemática moderna e edições em português, p. 33) “as Ordens Militares, ligadas à espiritualidade de Cister (Avis, Cristo) adoptaram igualmente a Regra de S. Bento como norma de vida e de espiritualidade e, por conseguinte, também elas promoveram a tradução e difusão da mesma Regra.”

¹⁴ Os destinatários desta cópia da *Regra* são identificados na introdução ao prólogo, como os freires da Ordem de Cristo. O nome de fr. Francisco, provável autor da cópia, encontra-se no último fólio do códice, fól. 58v, ao fim da cópia de um documento em latim, datado de 1434, onde consta que: “frei francisco escriuã ha trasladou aqui por mandado do padre dô prior”. Há porém controvérsias quanto à autoria, se considerarmos que na ficha catalográfica elaborada pelo Hill Monastic Manuscript Project, que passou o manuscrito para microfilme, a cópia é atribuída a fr. João da Costa, feita por mandado do prior do Convento de Tomar.

¹⁵ Algumas grafias recorrentes apenas nas rubricas dos capítulos podem indicar diferente autoria em relação ao restante do texto.

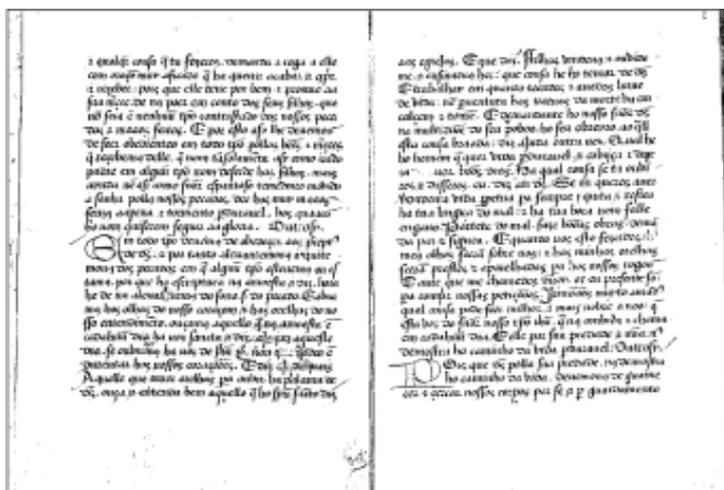


Figura 2 – Regra de São Bento (cód. Il. 70, fols. 1v e 2r)

Nos testemunhos acima descritos, podem-se identificar variações textuais que os situam em diferentes posições, provavelmente dentro de um mesmo ramo da tradição da *Regra*, e variações linguísticas que os distanciam cronologicamente. Com o propósito de lançarmos alguns fundamentos para essas hipóteses, examinamos a seguir alguns exemplos de variação textual e linguística entre os dois testemunhos.¹⁶

2. Exemplos de variação textual e linguística entre Alc. 44 e Il. 70

2.1. Variação textual

O conjunto de variantes entre Alc. 44 (ms. A) e Il. 70 (ms. B) separa os testemunhos, mas não impossibilita que ambos se filiem a um mesmo ramo genealógico da tradição, como indica a

¹⁶ A proximidade entre Alc. 44 e Il. 70 se evidencia a partir da colação com outros testemunhos da *Regra* já transcritos. Pretendemos desenvolver esse ponto em trabalhos futuros, a partir da colação exaustiva com os demais testemunhos da tradição.

acentuada proximidade entre a maior parte dos testemunhos. Como ainda não conhecemos nem os antepassados portugueses, nem os testemunhos latinos correspondentes dos quais descendem os mss. A e B, limitamo-nos por ora a apontar algumas das lições variantes que diferenciam um testemunho do outro.

Para apresentarmos as variantes textuais encontradas, tomamos o ms. A como base, por ser o testemunho mais antigo. O critério é adotado apenas como orientação cronológica, sem a intenção de considerar a lição do ms. A como genuína face à do ms. B, pois ainda não há elementos suficientes para comprová-lo. Partimos do princípio de que *lectio antiquior potior* (a lição do testemunho mais antigo é a melhor) apenas como hipótese, que poderá ser comprovada ou não com o aprofundamento dos estudos sobre toda a tradição da *Regra*. Para fins deste estudo, empregamos esse princípio especificamente como um ponto de referência para organizar as lições variantes entre os testemunhos. Seguindo a proposta de Blecua,¹⁷ classificamos as variantes como adição, omissão, alteração de ordem e substituição.

2.1.1. Adição

Nos casos a seguir, os trechos em negrito mostram que o ms. B coordena mais um elemento a outros já existentes, o que pode alterar em maior ou menor grau o que se encontra no ms. A. Vejam-se exemplos:¹⁸

A: cōtristado dos nossos maaos feitos (8r)

B: contristado dos nossos **pecados e** maaos feitos (1v)

A: rogua a ell cō oraçõ muy aficada . *que* a queyra acabar *e comprir* (8r)

B: roga a elle com oraçõ muy aficada *que* ha queira acabar *e comprir e receber* (1v)

¹⁷ BLECUA. *Manual de crítica textual*, p. 48.

¹⁸ Segue a transcrição de cada exemplo contextualizado o número, entre parênteses, do fôlio em que ocorre. Os negritos são nossos.

A: o desfalecimento *que* a nossa *condiçõ* humanal nõ pode acabar (13r)
 B: ho desfalecimento que ha nossa condiçõ **e fraqueza** humana nõ pode acabar (3v)

A: os *trage e* Junta ao amor de *deus* (110r)
 B: *e* hos traz *e* junta ao amor **e graça** de *deus* (45v)

Em um segundo conjunto de adições do ms. B em relaçaõ ao ms. A, ocorrem casos de determinaçaõ de um item jã existente:

A: as *uirtudes* das obras *spirituaaes* (28r)
 B: has virtudes das **bõas** obras *spirituaaes* (10r)

A: seia somytido aa diçiplina Regular (61r)
 B: seia sometido aa disciplina **da regra** regular (25v)

A: *primeiramente* façam reuerença a *deus e* Inclinẽ ante o altar (82r)
 B: *primeiramente* façã reuerença a *deus e* jnclinẽ **ha cabeça** ãte ho altar (34v)

A par dos casos de adiçaõ intencional no ms. B, encontramos poucos casos evidentes de lapso do copista, como este exemplo de ditografia:

A: *e* de todollos outros *prepostos* (97r)
 B: *e* de todollos outros **outros** *prepostos* (41r)

2.1.2. Omissãõ

Tomando-se como base o ms. A, podemos classificar como casos de omissãõ de palavras ou de sintagmas no ms. B os seguintes exemplos:

A: Castigua **e firi** o teu ffilho cõ a uara (21v)
 B: Castiga o teu filho com ha vara (7r)

A: maaõ obreiro . *e* Indigno **e nõ mereçedor** de as fazer (38v)
 B: maaõ obreyro *e* indigno de has fazer (15r)

A: *e* digua senpre cõ **os olhos fiquados ã terra** o *que* he *scripto* (40v)
 B: *e* digua sempre ho que *escripto* no euangelho (16r)

A: *e assenten se todos **nos scanos ou** nas cadeiras (42r)*

B: *e asenten se todos nas cadeiras (16v)*

A: *mas aynda **aleuanta e** faz noio aos outros (79r)*

B: *mas ajnda faz nojo aos outros (33r)*

A maior parte dos trechos que não ocorrem no ms. B enfatiza ou especifica algum aspecto do texto no ms. A. Mas o apagamento pode ser muito mais abrangente, provocando longas supressões. Por exemplo, no ms. A, o capítulo intitulado *Do preposto e prior do moesteiro*, que equivale no ms. B ao capítulo intitulado *Da bordenaçõ do preposto*, tem neste grande parte suprimida. O capítulo seguinte no ms. A, que se intitula *Dos porteiros do moesteiro*, é totalmente suprimido no ms. B.¹⁹

Para além das omissões produzidas pela mão do escriba do ms. B, compreendem-se ainda aquelas feitas por mão quinhentista, que procura, em muitos pontos, remodelar aspectos linguísticos e de conteúdo. Há, por exemplo, supressão de grafias ou de palavras: *hos* passa a *os*, *deuẽ de fazer* passa a *deuẽ fazer*, *amorio* passa a *amor*. Saneamento muito mais amplo é feito com os títulos dos capítulos: desde o capítulo 11 ao 22, todos os números são tardiamente suprimidos.

2.1.3. Alteração de ordem

Muitos são os casos de alteração de ordem do ms. B em relação ao ms. A. Há, por exemplo, a inversão de palavras e de sintagmas:

A: *esta uoz de **nosso senhor ihesu christo** (10r)*

B: *esta voz do **senbor nosso christo ihesu** (2r)*

A: *pera batalhar **contra** as **tẽptaçoees diabolicas** (15r)*

B: *para batalhar cõtra has **diabolicas temptacoões** (4v)*

¹⁹ À margem direita, na altura em que deveria constar o capítulo suprimido, foi feita a seguinte anotação tardia, provavelmente quinhentista: “Aqúj falta hũ *capitulo* do porteiro *capitulo* 66.”

2.1.4. Substituição

Frente às categorias de variação já apresentadas, a substituição de palavras indica mais claramente o distanciamento entre os mss. A e B. Se partimos da hipótese de que os testemunhos se ligam a um mesmo ramo da tradição da *Regra*, uma possível filiação do ms. B em relação ao ms. A é posta em causa por exemplos como os apresentados a seguir. A dúvida de qual é a lição genuína será dirimida somente quando se conhecerem os testemunhos portugueses e latinos de que derivam os mss. A e B. Seguem os exemplos.

A: e depois *que* as fezeres nõ te **reprenderas** (25r)

B: e despois que has fizeres : nõ te **arrependeraas** (8v)

A: dar ajuda aaquel *que* esteuer ã **pressa** e ã tribulacõ (26r)

B: dar ajuda aquelle *que* esteuer em **prisom** e em tribulaçõ (9r)

A: e **beenzem** aquelles *que* os vituperam e maldizem (37v)

B: e **vençem** aquelles *que* hos vituperã e maldizẽ (14v)

A: nõ seia muyto comedor . nõ soberuoso . nõ **escuro** e trubulento (58v)

B: nõ seia muyto comedor nõ soberuoso nõ **escaso** e tribulento (24r)

A: Seiã lhe ditos e per muytas vezes **Repitidos** . cousas duras e asperas (90v)

B: Sejam lhe *dictas* por muytas uezes e **repartidas** cousas duras e asperas (38r)

A: *que* nõhũa **ssospeiçõ** nõ ocasiom de mal fique ao moço (93v)

B: *que* nenhũa **sobieaçõ** e ocasiom de mal fique ao moço (39v)

Classificamos como substituição também as mudanças decorrentes da adaptação da *Regra* às diferentes ordens por que foi adotada. O ms. A foi produzido no âmbito de mosteiro da ordem cisterciense, enquanto que o ms. B destina-se a uma ordem religiosa militar, cada qual com a sua estrutura hierárquica. Daí ocorrerem *monge e frade* no ms. A onde no ms. B ocorre *freire*, e *abade* no primeiro onde ocorre *prior* no segundo.

No ms. B especificamente, a mão quinhentista também opera substituições, riscando ou apagando palavras ou trechos do texto. Uma alteração textual importante do tipo ocorre no fól. 11v, em que este trecho todo é reescrito sobre outro apagado:

Mas as pallauras de chocarrices, ou ociosas, *e* que mouem a riso: com eterna clausura as condenamos em todo lugar. *e* nam permitimos ao discipolo, a taes pallauras abrir sua boca

No ms. A, ocorre na mesma altura, no fól. 31v:

E mandamos *e* defendemos aos diçipolos de todo ã todo. *que* nõ vsem de ligeiriçes *e* de palauras ouçiosas. ou doutras *que* mouã Rysso *e* esto aguardem ã todo logar .

2.2. Variação linguística

Quanto ao aspecto linguístico, procuramos levantar exemplos de variação a partir da escolha de um conjunto de marcas que se modificam no período estudado. Essa escolha permite a observação, por contraste entre os testemunhos, de vestígios do que Segre²⁰ define como *diassistema*, segundo ele “il sistema linguistico di ogni trascrizione di un testo”.²¹

Em uma perspectiva mais ampla, se buscamos situar os mss. A e B na grade de periodização da história da língua portuguesa,

²⁰ SEGRE. Problemi teorici e pratici della critica testuale, p. 13. [Tradução nossa: “O sistema linguístico de cada transcrição de um texto”].

²¹ Acrescenta SEGRE (Problemi teorici e pratici della critica testuale, p. 13) que a renovação é contínua, de modo que “la copia di un originale realizza un diasistema tra la lingua di questo originale e quella del copista; ogni ulteriore copista dà origine a un nuovo diasistema, colorando col proprio idioma o dialetto il diasistema già messo in opera nell’ esemplare da cui copia, e così via per ogni successiva copiatura.” [Tradução nossa: “a cópia de um original realiza um diassistema entre a língua deste original e a do copista; cada copista ulterior dá origem a um novo diassistema, colorindo com o próprio idioma ou dialeto o diassistema já realizado no exemplar de que copia, e assim por diante por cada sucessivo ato de cópia”].

concluimos que se localizam no âmbito do *português médio*, segundo a denominação proposta por Cintra.²² Trata-se, segundo Castro,²³ de um período que corresponde à primeira metade do século XV, delimitado por “franjas de separação”: a segunda metade do século XIV, por um lado, e a segunda metade do século XV e primeiras três décadas do século XVI, por outro.

Se procurarmos delinear apenas alguns pontos importantes para um enquadramento histórico do período, identificaremos fortes mudanças sociais e culturais, que terão exercido grande influência sobre as mudanças ocorridas na língua de então. São fatores relevantes, dentre outros: a ascensão de D. João I; a substituição da antiga nobreza por burgueses e escudeiros, que passam a fazer parte das camadas que detêm o poder; a fixação da corte na área centro-meridional, que fora reconquistada e repovoada; e a atividade cultural na corte de Avis, que reelabora a língua literária e se distancia voluntariamente do modelo galego-português.²⁴

Com relação à produção de textos eclesiásticos no período (que são de nosso principal interesse), sabe-se que o Mosteiro de Alcobça, um dos maiores centros da cultura na época, também sofre influência direta das mudanças em curso. Não seria improvável supor-se que essa influência também se prolongasse ao Convento de Cristo.

Os estudos de linguística histórica do período apontam as marcas mais características da passagem do português antigo para o médio. Dentre os traços apontados, escolhemos alguns

²² Sobre a denominação de *português médio*, Castro (O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica), p. 368), esclarece que “sendo Cintra o responsável pela denominação daquela época da língua como *português médio*, onde está isso escrito pela sua mão? A esta pergunta, que não é infrequente colocarem-me, só posso responder que, tanto quanto sei, nunca publicou tal afirmação. Era nos seus cursos que repetidamente a formulava e foi aí que a colhi para, como outros colegas, a ajudar a propagar.”

²³ CASTRO. *Introdução à história do português*, p. 149.

²⁴ CARDEIRA. *O essencial sobre a história do português*, p. 59.

dentre os que verificamos serem produtivos para um contraste entre os manuscritos estudados – são traços que incidem fundamentalmente no plano morfofonológico, a saber:

- a) Sequências nasalizadas em contexto final (convergência em *-ão*);
- b) Síncope de *-d-* no morfema número-pessoal;
- c) Particípios em *-udo* / *-ido*; e
- d) Terminações *-vil* / *-vel*.

Como ambos os testemunhos em estudo situam-se nos limites do português médio, mas em períodos cronológicos distintos, buscamos observar se ocorre variação dos traços linguísticos selecionados. O objetivo por ora não é mais do que comparar os mss. A e B a partir de alguns exemplos, pelo que fazemos apenas breves observações sobre a quantificação dos fenômenos.

2.2.1. Sequências nasalizadas em contexto final (convergência em *-ão*)

Segundo Cardeira,²⁵ “as vogais nasais finais *-ã* e *-õ* viriam a ditongar, convergindo na direcção do ditongo *-ão*. Este processo poderá ter-se iniciado ainda no século XIII e na segunda metade do século XV as rimas do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende mostram já uma presença generalizada da convergência no dialecto padrão.” Quanto às perspectivas para explicar a convergência das terminações em ditongo nasal, podem, segundo a mesma autora,²⁶ ser divididas em duas linhas: (a) a ditongação como evolução fonética espontânea e (b) a ditongação como evolução analógica. Os resultados de Cardeira²⁷ mostram uma convergência gradual, que se evidencia pelo crescente emprego de grafias não-etimológicas, a partir da primeira metade do século XV.

²⁵ CARDEIRA, *Entre o português antigo e o português clássico*, p. 114.

²⁶ CARDEIRA, *Entre o português antigo e o português clássico*, p. 115.

²⁷ CARDEIRA, *Entre o português antigo e o português clássico*, p. 277.

Em concordância com a tendência referida, observa-se um crescimento no emprego de grafias não-etimológicas do ms. A para o ms. B. Considerando-se como exemplo apenas os substantivos e adjetivos no singular, no ms. A constatamos que sempre ocorre a grafia etimológica, em um total de 342 ocorrências. A constância do ms. A contrasta com a maior variação do ms. B, em que, de um total de 316 ocorrências, 13 são grafias não-etimológicas. Vejam-se exemplos em que o ms. B apresenta grafia não-etimológica:

- A: se o mouimento *e* a **razô** da uerdade (14r)
 B: se ho mouimento *e* ha **rezam** da verdade (4r)
- A: *e* dada a **beencô** do abbade (44r)
 B: *e* dada ha **bençã** do prior (17v)
- A: façam ã el **correição** mais forte (57r)
 B: façã em elle **correieã** mais forte (23v)

Como o ms. B é datado de fins do século XV ou início do XVI, a predominância de grafias etimológicas, muito mais recorrentes que as não-etimológicas, indicará um comportamento gráfico conservador por parte do copista, frente a outros textos do período, como, por exemplo, o referido *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende.

2.2.2. Síncope de *-d-* no morfema número-pessoal

Um dos fatos marcantes da passagem do português antigo para o português médio é a síncope do *-d-* na desinência de 2ª pessoa do plural, salvo nos contextos em que ocorre ainda hoje. Esse fato caracteriza a evolução das desinências resultantes das terminações latinas *-TIS* e *-TE*.

Assim como no caso das sequências nasalizadas em posição final, os copistas dos mss. A e B são conservadores quanto à grafia do morfema número-pessoal, como indica a predominância de *-d-*. No ms. A não ocorre variação, pois o copista é sempre fiel à manutenção da forma plena, em um total de 14 ocorrências. No

ms. B, a par de 12 ocorrências da forma plena, há 4 ocorrências de formas sincopadas. Há constraste, por exemplo, entre as seguintes formas:

A: E **trabalhade** ãquanto teendes e auedes lume de uida (9r)

B: E **trabalhay** emquanto teendes e auedes lume de vida (2r)

A: *Aquello que uos disserem* **fazedde** (27v)

B: *Aquello que vos disserẽ* **fazee** (9v)

Interessa notar que as soluções dadas pelo ms. B à síncope de *-d-* não são idênticas. O resultado é hiato, em *fazee*, ou ditongo, em *trabalhay*. O hiato é passo historicamente anterior à ditongação. Como estudos mais amplos demonstram que o momento de inversão da tendência de manutenção do *-d-* ocorre precisamente na viragem do primeiro para o segundo quartel do século XV,²⁸ a manutenção desse traço na escrita dos testemunhos revela uma prática de escrita muito conservadora, principalmente quanto ao ms. B, ao menos quanto a alguns dos aspectos ora estudados.

A manutenção de *-d-* convive com a predominância, em outros textos, da forma sincopada para a desinência de 2.^a pessoa do plural, como acontece, por exemplo, na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, redigida em 1500, em que nunca ocorre o *-d-* da forma arcaica.²⁹ Por exemplo, na seguinte passagem:

aly **verjees** galantes pímtados depreto everme
lho e quartejados asy pelos corpos como pelas
pernas (fól. 7r1-3)³⁰

Ao mesmo tempo, perdura o uso da forma antiga em determinados gêneros textuais. Em Gil Vicente, cuja obra se estende

²⁸ CARDEIRA, *Entre o português antigo e o português clássico*, p. 277.

²⁹ MATTOS E SILVA. *A carta de Caminha*, p. 20.

³⁰ CUNHA; CAMBRAIA; MEGALE. *A carta de Pero Vaz de Caminha*, p. 53.

de 1502 a 1536, é empregada como recurso estilístico caracterizador das personagens femininas e idosas. Conforme explica Castro,

todos ... tinham abolido da sua competência linguística activa aquele [-d-], embora o reconhecessem como um arcaísmo. Só assim se explica que recorressem a ele como marca para uma traição imediata da idade, da incultura, ou da imobilidade de algumas personagens.³¹

2.2.3. Particípios em *-udo* / *-ido*

No português antigo, encontram-se, como forma predominante em documentos do século XIII, os particípios terminados em *-udo* para os verbos em *-er*.³² Aumenta a frequência da terminação *-ido* no segundo quartel do século XV, como exemplifica o contraste entre a versão trecentista dos *Diálogos de São Gregório*, em que só ocorre *-udo*, e a versão de 1416 da mesma obra, onde ocorre somente *-ido*.³³ A tendência que se concretiza ao longo do português médio é a de generalização dos particípios em *-ido*.³⁴

No caso dos testemunhos da *Regra*, para o particípio dos verbos regulares da segunda conjugação, ocorre variação tanto no ms. A quanto no ms. B, seguindo a tendência geral do período. No ms. A, predominam os particípios em *-ido*, com 47 de um total de 71 ocorrências, e a terminação *-udo* já se encontra em declínio, com 24 ocorrências. O apagamento da forma mais antiga avança no ms. B, com 62 ocorrências de *-ido* contra apenas 4 de

³¹ CASTRO. *Curso de história da língua portuguesa*, p. 247.

³² Na etapa mais antiga da língua, vários exemplos são apontados em documentação notarial do norte de Portugal e da Galiza por MAIA (*História do galego-português*, p. 751), como, por exemplo: *auudas, conozuda, cognuzuda, cõteudos, contiudo, crebudo, metuda*. Nos fins do século XIII, porém, já se encontra em um documento da província de Orense, de 1292, a forma *conosçida*, que é exemplo completamente isolado (MAIA, *História do galego-português*, p.749, n.1).

³³ MATTOS E SILVA. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*, p. 255.

³⁴ CASTRO. *Vésperas brasileiras*, p. 24.

-udo, que ocorrem nas formas *conteudo* e flexões, e em uma ocorrência de *leudo*. São exemplos dos casos de substituição:

A: som hospedados e **reçebudos** per tres ou quatro dias (16v)

B: som ospedados e **reçebidos** per tres ou quatro dias (5r)

A: seia **esparguda** nos coraçoes dos diçipulos (17v)

B: seia **espargida** nos corações dos diçipollos (5v)

A: ã outra guisa nã hũu nõ seia **promouudo** (20r)

B: Em outra guisa nenhũu nõ seia **promouido** (6v)

A: pera nõ perder algũa das ouelhas a el **cõmitudas** (56r)

B: para nõ perder algũa das ouelhas a elle **cometidas** (23r)

2.2.4. Terminações *-vil* / *-vel*

Caso nítido de contraste entre os mss. A e B é o da terminação formadora de nomes *-vil* (de um étimo pressuposto *-BĪLE) que passa a *-vel* (<-BĪLE). Corresponde esse contraste ao quadro apresentado por Carneira,³⁵ que indica o declínio progressivo de uso de *-vil* face ao crescimento progressivo de *-vel* ao longo do século XV, ocorrendo a predominância de *-vel* a partir de meados do século XV. No ms. A, a única terminação é *-vil*, num total de 20 ocorrências. No ms. B, ocorre somente a terminação *-vel*, em um total de 19 ocorrências. Exemplos:

A: Qual he ho homẽ que quer uida **perdurauil** (9v)

B: Qual he ho homem que quer vida **perdurauel** (2r)

A: saaluo se for por algũa cousa **razoauil** (19v)

B: saluo se for por algũa causa **razoauel** (6v)

A: e **praziuil** e amada aos omẽes (30r)

B: e **praziuel** e amada aos homẽs (10v)

A: e todos em huũ cõsselho emlegerẽ pessoa **semelhaui** a elles (100r)

B: e todos em hũu *conselho* emlegerẽ pessoa **semelhauel** a elles (42v)

³⁵ CARDEIRA. *Entre o português antigo e o português clássico*, p. 229.

Cardeira³⁶ relaciona a variação entre *-vil* e *-vel* à opção dependente do estilo textual. Nos textos literários, o desaparecimento de *-vil* estaria ligado ao prestígio que a variante *-vel* adquiriu nesse tipo de texto.

3. Considerações finais

Uma primeira colação entre os mss. Alc. 44 e Il. 70 evidencia parentesco inegavelmente muito próximo entre os testemunhos, principalmente por uma identidade quase que de linha a linha da maior parte do texto. As lições variantes dos testemunhos estudados por ora deixam transparecer mais as intervenções estilísticas de cada copista do que constituem guias para a filiação dos testemunhos, ou para a identificação do mais fidedigno, visto ainda não serem conhecidos os antepassados portugueses ou latinos das duas cópias da *Regra* aqui estudadas. Os casos de substituição parecem indicar para uma separação das cópias, derivadas talvez de um modelo comum. É uma das hipóteses a ser comprovada com o avanço dos estudos sobre a tradição portuguesa dos manuscritos da *Regra de São Bento*.

Os traços linguísticos examinados fornecem pistas não só para definir o afastamento cronológico entre as cópias, representantes de dois estados de língua diferentes, como também trazem elementos para se averiguar a variação e a mudança em curso na faixa final que separa o português médio do português clássico.

³⁶ CARDEIRA. *Entre o português antigo e o português clássico*, p. 279.

Abstract: The purpose of this paper is to present examples of variant readings between manuscripts Alc. 44 and Il. 70, portuguese copies of the *Rule of Saint Benedict*. Based on the description of textual and linguistic variants, we discuss the degree of relationship between copies.

Keywords: Textual criticism; portuguese language history; Rule of Saint Benedict; collation of copies.

Referências

BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 1983.

BURNAM, John M. *An old Portuguese version of the Rule of Benedict*: palaeographical edition from the Alcobaça MS No. 300 in the Bibliotheca Publica of Lisbon. Cincinnati: University of Cincinnati Studies, 1911.

CALADO, Adelino Almeida. *Obras de frei João Álvares. Acta Universitatis Conimbricensis*. Coimbra, 1959.

CARDEIRA, Esperança. *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2005.

CARDEIRA, Esperança. *O essencial sobre a história do português*. Lisboa: Caminho, 2006.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CASTRO, Ivo. O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica). In: FARIA, Isabel Hub (Org.). *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. p. 367-370.

CASTRO, Ivo. *Introdução à história do português*. 2. ed. Lisboa: Colibri, 2006.

CASTRO, Ivo. *Vésperas brasileiras*. São Paulo, 2009. (Comunicação apresentada no X Seminário do Projeto de História do Português de São Paulo, realizado na Universidade de São Paulo, no período entre 3 a 7 de agosto de 2009, em São Paulo).

COSTA, Sara Figueiredo. *A regra de São Bento em português: estudo e edição de dois manuscritos*. Lisboa: Colibri, 2007.

- CUNHA, Antonio Geraldo da; CAMBRAIA, César Nardelli; MEGALE, Heitor. (Eds.) *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho. A regra de S. Bento, norma e vida monástica: sua problemática moderna e edições em português. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, III série, v. 3, p. 9-48, 2002.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo/Salvador: Contexto/EDUFBA, 1994.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *A carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500*. Salvador: EDUFBA/UEFS/CNPq/EGBA, 1996.
- NUNES, José Joaquim. Textos Antigos Portugueses - VII [Regra de S. Bento]. *Revista Lusitana*, Lisboa, n. 21, p. 89-145, 1918.
- NUNES, José Joaquim. Evolução da língua portuguesa exemplificada em duas lições principalmente da mesma versão da Regra de S. Bento e ainda nos fragmentos da mais antiga que se conhece. *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, v.14, p. 222-313; v. 15, p.224-262 e 928-972; v. 16, p. 538-637, 1922 e 1926.
- PHILOBIBLON. Berkeley, 2008. Disponível em <<http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/phhm.html>>.
- SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de. Fragmentos de uma versão antiga da Regra de S. Bento. *Collecção de inéditos portugueses dos séculos XIV e XV*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1829.
- SEGRE, Cesare. Problemi teorici e pratici della critica testuale. *Verba*, anexo 67, p. 11-23, 2010.
- SENA, Lorenzo. *Appunti sulla regola di S. Benedetto*. 1980. Disponível em <<http://www.ora-et-labora.net/commentocontenuto.html>>.
- SILVA NETO, Serafim da. Regra de S. Bento: edição crítica da mais antiga versão portuguesa acompanhada de breves notas filológicas. *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 21-46, 1959-60.

Recebido para publicação em 21 de dezembro de 2010

Aprovado em 30 de dezembro de 2010